

FUNDAÇÃO
Ricardo
do Espírito
Santo Silva

RELATÓRIO E CONTAS 2016



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

1. INTRODUÇÃO	1
2. ATIVIDADES CULTURAIS DESENVOLVIDAS	5
3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	10
3.1. ATIVIDADE CORRENTE	10
3.2. INVESTIMENTO	12
3.3. RECURSOS HUMANOS	13
4. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS	14
5. EVOLUÇÃO DOS SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	16
6. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS	17
7. ANÁLISE DO BALANÇO	18
8. ANÁLISE DOS RESULTADOS	19
9. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	19
10. AGRADECIMENTOS	20

CONTAS 2016

BALANÇO	23
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	25
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	27
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FLUXOS PATRIMONIAIS	29
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

2016

Relatório de Gestão



I. INTRODUÇÃO

A – DEFINIÇÃO DO MODELO DE GOVERNAÇÃO

Em Maio de 2016 foi celebrado o Protocolo de parceria entre a FRESS e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) que veio contribuir para a definição de um novo modelo de governação da Fundação que passou a ser ancorado em representantes inerentes aos próprios Estatutos mas também das instituições parceiras: da SCML e da Câmara Municipal de Lisboa (CML), esta última desde 2015.

Na sequência da assinatura deste protocolo, foram necessárias alterações nos órgãos sociais da FRESS, nomeadamente a entrada de novos membros para o Conselho de Curadores, com representantes das instituições agora parceiras, que nomeou um novo Conselho de Administração que tomou posse a 28 de Junho de 2016.

O novo Conselho de Curadores, presidido por Maria João Bustorff Silva, passou a ter 11 membros efetivos com a seguinte composição:

Por nomeação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e em sua representação:

Helena do Canto Lucas

Inez Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho

Leonor Rodrigues Lemos Araújo

Margarida Viana Montenegro Carneiro

António José Lopes da Costa

Por nomeação da Câmara Municipal de Lisboa e em sua representação:

Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto

Em representação da família do Fundador:

Maria João Bustorff Silva

Maria Salgado Poppe Almeida de Carvalho

Ana Rita Leite Faria Calvi di Bergolo

José Maria Espírito Santo Ricciardi

E por nomeação conjunta, Luís Manuel Roque de Pinho Patrício.

O novo Conselho de Administração, passou a ser presidido por Edmundo Martinho (Vice-Provedor da SCML), mantendo-se em funções Maria da Conceição Amaral, Administradora-Executiva e Vanessa Fiúza Salgado Gonçalves da Costa, Vogal não-executiva. Pela Câmara Municipal de Lisboa – EGEAC, Manuel de Lemos Bairrão Oleiro, Vogal não-executivo e em Setembro de 2016, foi nomeado Francisco José Capelo Ramos do Rosário, Vogal não-executivo de nomeação conjunta da SCML e da CML.

O Fiscal Único, Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados – SROC Lda, representada por José Maria Ribeiro da Cunha, não sofreu qualquer alteração ao mandato.



Handwritten signature and initials.

B – CONSOLIDAÇÃO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Em 2016 foi assim estabelecida a parceria institucional com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e renovada e reforçada a parceria com a Câmara Municipal de Lisboa (CML). Também o apoio do Ministério da Cultura, via Fundo de Fomento Cultural, foi mantido e não sofreu qualquer redução ao apoio acordado há já alguns anos.

Também em Março de 2016 a FRESS viu renovado o seu Estatuto de Instituição de Utilidade Pública até 2021.

Este envolvimento dos parceiros veio consolidar o desejado novo modelo de governação, estabilizar institucionalmente a FRESS e contribuir financeiramente para a continuidade do projeto cultural e patrimonial.

De igual modo veio credibilizar as atuais condições de funcionamento, reduzir a instabilidade geral interna, permitir e perspetivar uma nova fase e permitir projetar um novo plano estratégico para os próximos anos.

Foi igualmente iniciada uma parceria institucional com a Cruz Vermelha Portuguesa para a formação em contexto prisional, dentro das seguintes áreas oficiais: Marcenaria, Passamanaria e Estofo.

A articulação com o IEFP voltou a ser reforçada e a FRESS integrou, de forma permanente, a Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Artesanais e o Júri do Prémio Nacional do Artesanato.

C - PLANO DE VIABILIZAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A adoção de um **plano de viabilização económico-financeira** com base nos apoios financeiros da SCML, da CML e do Ministério da Cultura e ainda o recurso a financiamento através do Montepio, permitiu fazer face à grande fragilidade das condições de financiamento que são maioritariamente receitas próprias e que estão à mercê das flutuações do mercado e da concorrência existente.

Em Julho foi iniciado um processo de negociação da dívida com o NOVO BANCO que veio a ser reforçado ao longo do ano, fruto da parceria entre a FRESS e a SCML.

No último trimestre, foi levado a cabo a realização de um **Plano de Reflexão Estratégica**, dirigido pela DELOITTE com a participação do Conselho de Administração e de vários departamentos, que foi entregue em Janeiro de 2017 e onde foram identificadas as áreas potenciais a desenvolver na procura da sustentabilidade futura da atividade da FRESS.

D - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O desejado aumento das receitas próprias, em relação a 2015, não foi alcançado, fruto da baixa competitividade de algumas propostas desenvolvidas na área da conservação e restauro bem como pela falta do número de encomendas de manufatura que se esperava durante o ano. A situação de instabilidade orgânica e funcional das escolas bem como mudanças necessárias quer de espaço, quer de alteração dos programas formativos, também contribuíram para um resultado inferior ao esperado nesta fonte de receitas.



E - ENSINO E FORMAÇÃO – várias mudanças

ESAD – Escola Superior de Artes Decorativas

- a) O ano ficou marcado pela transferência da ESAD, em Agosto e Setembro, para novas instalações na Rua das Taipas cedidas pela SCML e permitiram assegurar a continuidade da formação académica de nível superior.
- b) Foi encerrado o longo processo de avaliação e auditoria da A3ES que veio a traduzir-se na decisão da DGES da não acreditação dos cursos superiores em funcionamento.
- c) Na sequência desta decisão o Conselho de Administração retomou em Setembro o pedido ao Grupo de Trabalho, que já havia sido constituído em 2014, para retomar a Reflexão Sobre as Ofertas de Ensino e Formação Profissional na FRESS, coordenado por Maria João Bustorff, com a participação de Manuel Bairrão Oleiro (vogal do Conselho de Administração), Berta Bustorff e Paula Preto Pacheco. Do documento final, entregue no início de 2017, são de salientar a análise e diagnóstico da situação e as várias recomendações ao Conselho de Administração para o futuro da formação na FRESS.
- d) Fruto das decisões finais da auditoria da A3ES, e da avaliação da DGES – Direção Geral do Ensino Superior, foi decidido (em Dezembro) pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior não renovar a utilidade pública da ESAD – Escola Superior de Artes Decorativas e propor o encerramento voluntário da ESAD, no prazo limite de Dezembro de 2018.
- e) Na sequência destas decisões e recomendações, e dada a impossibilidade de se conseguir, sem danos materiais e de imagem institucional, o encaminhamento dos alunos inscritos para outras instituições de ensino superior, decidiu o Conselho de Administração assegurar a finalização dos ciclos de estudo em curso até final de 2018 apesar do elevado custo que se refletirá nas contas da instituição.

FRESSforma (entidade credenciada para formação certificada)

- a) Foi levada a cabo a necessária reestruturação do IAO- Instituto de Artes e Ofícios transformando-o em entidade formadora com certificação reconhecida junto da ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação Ensino Profissional. A sigla FRESSforma substituiu aquele Instituto, adaptando, num primeiro momento, a formação ministrada e outra a ministrar aos conteúdos oficiais existentes e em grande parte aos formadores técnicos existentes no quadro de pessoal da FRESS.
- b) A candidatura levada a cabo para aquela certificação foi aprovada em Dezembro de 2016 e permitiu a reorganização da oferta formativa em Cursos de Dupla Certificação de Nível IV e Formação Modular, tendo em vista o âmbito e missão da FRESS.
- c) Foram também realizados novos referenciais para novos cursos, nomeadamente o Curso de Especialização Tecnológica de Conservação e Restauro de Mobiliário, que foi submetido para validação à ANQEP.
- d) Dando resposta aos muitos pedidos de formação não certificada foram realizados 4 cursos de curta duração no âmbito das artes e ofícios: Douramento, Empalhamento, Encadernação, Decoração de Interiores, com cerca de 50 participantes.
- e) Realização de 2 formações modulares no Estabelecimento Prisional de Sintra, nas áreas das madeiras: Marcenaria e Embutidos.



[Handwritten signature]

F - MUSEU de Artes Decorativas Portuguesas

- a) Assistiu-se ao aumento do número de visitas guiadas MUSEU-OFICINAS, assim como ao número de visitantes estrangeiros, em contraponto com uma ligeira redução do número total de visitantes, nomeadamente nacionais.
- b) As receitas provenientes das cedências de espaço do Museu tiveram um ligeiro aumento em relação ao ano anterior mas sempre condicionadas pela dificuldade de estacionamento fruto de uma maior ocupação turística do Largo das Portas do Sol e a visível degradação do estado geral das condições do Museu.

G – ARMAZÉM e STOCKS

Houve a necessidade de encontrar um espaço de armazém, o mais perto possível do Largo das Portas do Sol, que reunisse as condições para concentrar os diferentes stocks, e que fosse retaguarda de apoio logístico e colocação de maquinaria de produção de fios da passamanaria. Importa referir que, fruto desta necessária mudança, a produção de passamanaria esteve fortemente condicionada durante cerca de 2 meses o que provocou quebra de receitas naquela produção.



2. ATIVIDADES CULTURAIS DESENVOLVIDAS

Dado o âmbito e missão da FRESS, foi dada continuidade às atividades culturais decorridas em 2015, e foi-se ao encontro das linhas orientadoras das estratégias delineadas pelo Conselho de Administração. Contudo algumas das atividades previstas e desejáveis não aconteceram pois tiveram que se ajustar à conjuntura financeira vivida ao longo do ano.

A concretização dos objetivos e das atividades previstas esteve também fortemente condicionada pela incapacidade interna de criar nova dinâmica de investimento em áreas que sabemos serem vitais num futuro próximo. Não deixámos, naturalmente, de tomar todas as diligências no sentido de tentar obter os apoios possíveis, quer de empresas quer de particulares, numa tentativa de conseguir apoios pontuais e parcerias para os diferentes projetos que conseguimos levados a cabo.

Museu de Artes Decorativas Portuguesas

Investigação

- Prosseguiu-se a participação do Museu em redes de investigação temática de Artes Decorativas. Nomeadamente com o MUSEO CERRALBO, Madrid, no projeto Museos de Ayer e com a *Network of the Applied Arts Museums*, por iniciativa do MAK – Austrian Museum of Applied Arts.
- Foram integrados 2 estagiários no Museu provenientes da ESAD.
- Foi dada continuidade à investigação de peças do acervo com colaboradores externos, do CHAM – Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, sobre os têxteis:
 1. *Realidades e recriações: Práticas de integração e musealização de adereços têxteis no Museu de Artes Decorativas Portuguesas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva*, Maria João Ferreira, 3 e 4 de Novembro de 2016 na FLUL.
- Foi integrada a investigação de algumas peças do acervo para catálogos de exposições para as quais a FRESS emprestou peças.
- Participação na exposição virtual *Discover Carpet Art*, Museum With No Frontiers.

Classificação e avaliação do acervo inicial

- Foi dada continuação ao processo de classificação da coleção inicial doada pelo Fundador, que decorre por parte da DGPC – Direção Geral do Património Cultural.
- Foram confirmados os inventários dos vários acervos existentes conforme proveniências, solicitação exigida no processo de classificação dos bens artísticos.
- Foi realizada, ao longo do ano, a conferência de inventário e a avaliação do acervo museológico pela Cabral Moncada, Leilões conforme exigências legais de avaliação do património inicial.



Conservação e Restauro do acervo

Em colaboração com o Departamento de Conservação e Restauro da FRESS

- Foi levada a cabo uma campanha de limpeza de pratas e de têxteis e intervencionadas 4 obras da coleção que integraram a coleção permanente.
- Foi iniciada, conforme a disponibilidade interna, a recuperação da pintura decorativa das Salas do museu: D. Maria e D. José e do quarto D. Maria.
- Foi realizada intervenção na estabilização dos azulejos da escadaria do Palácio Azurara – Museu de Artes Decorativas Portuguesas.

Exposições temporárias produzidas

- MAIO: apresentação do processo de conservação e restauro do Fogão de Sala Fourdinois na Câmara Municipal de Oeiras.
- MAIO: participação na ARCO-Lisboa, Cordoaria Nacional, com exposição de peças contemporâneas produzidas nas oficinas.
- Exposição de recriação de ambientes com peças manufaturadas nas Oficinas.

Empréstimo de acervo para Exposições temporárias

- Oratório Namban, para a exposição: *Christianity in Asia: Sacred Art and Visual Splendour* no Asian Civilizations Museum em Singapura. De Maio a Setembro.
- Secretária e Móvel de 6 gavetas, de Filipe Alarcão, ao Museu do Design e da Moda – Coleção Francisco Capelo, para exposição no Matadero Madrid. De Fevereiro a Março.

Conferências temáticas realizadas

- I Ciclo de Conferências “Textiles, Trade and Taste”, co-organização do CHAM – Faculdade de Ciências sociais e Humanas da Universidade de Lisboa e do Museu de Artes Decorativas Portuguesas:
 1. “A Casa-Mãe e a Tradição do bordado de castelo Branco no século XX, Ana Pires, Março.
 2. “Têxteis Asiáticos em Museus Portugueses – que corantes?”, Ana Claro, Abril
- “FRESS: Um projeto Cultural Único”, Conceição Amaral, Museo Cerralbo, Madrid – projecto MUSEOS de AYER.



FUNDAÇÃO

Ricardo do Espírito Santo Silva

- “O Fogão de Sala da Casa Fourdinois: uma obra-prima das artes decorativas francesas”, Isabel Mendonça, Julho, Câmara Municipal de Oeiras.
- “Mobiliário Português”, participação no congresso em OVIEDO de Eulália Subtil e Graça Pedroso com conferências temáticas em torno da coleção artística da FRESS e da área de conservação e restauro de mobiliário.
- MASTER CLASS na ESAD “O fogão de sala da Casa Fourdinois: uma intervenção emblemática de conservação e restauro da FRESS”, Isabel Mendonça e Eulália Subtil, Novembro, ESAD – Escola Superior de Artes Decorativas.
- Inventário dos Bens Culturais da Igreja, “Análise, identificação e classificação de madeiras”, Jorge Fonte (FRESS), organização do Secretariado dos Bens Culturais da Igreja, Domus Carmeli de Fátima, 3 de Outubro.
- Inventário dos Bens Culturais da Igreja, “Análise, identificação e classificação de metais”, Beatriz Canha (FRESS) e Artur Sousa (FRESS), organização do Secretariado dos Bens Culturais da Igreja, Domus Carmeli de Fátima, 3 de Outubro.

Serviço educativo: Ateliês Infantis e Visitas Guiadas

- Foi dada prioridade à visita única: Museu & Oficinas junto dos mais variados parceiros (escolas, museus, agências de viagens, guias turísticos, empresas, fundações, associações, residentes, turistas).
- O projeto OFICINAS CRIATIVAS dentro e fora do Museu foi alargado a outras áreas oficiais.
- Foram dinamizados Ateliês de Férias escolares: Primavera, Páscoa, Verão e Natal no âmbito das parcerias estabelecidas.
- Em parceria com a *Understand Fado*, foram realizadas 5 sessões de projeção de Filme temático sobre o Fado, precedidas de visita guiada ao Museu. Evento destinado a público turístico para promoção do reconhecimento pela UNESCO do FADO a Património Imaterial da Humanidade.

Eventos culturais nacionais e internacionais

- Participação na exposição “Diseño Portugués: Formas de una identidad (1950-2015)”, organizada pelo MUDE – Museu do Design e da Moda – Coleção Francisco Capelo, no Matadero Madrid, com o empréstimo de 2 peças produzidas nas Oficinas e desenhadas por Filipe Alarcão. De Fevereiro a Março.
- Em Abril, foram levadas a cabo, uma vez mais As Jornadas Europeias das Artes e Ofícios, em parceria com o INMA – Institut National des Métiers d’Art em conjunto com parceiros dos bairros limítrofes e em parceria com associações tais como a ARTÉRIA e a AVÓ VEIO TRABALHAR.



- No dia 18 de MAIO: Dia Internacional dos Museus.
- Participação no projeto “Tronos de Santo António”, Museu de Lisboa e EGEAC no âmbito das FESTAS de LISBOA.
- Participação nas Jornadas Europeias do Património, Setembro.
- Participação com *stand* próprio na celebração do Dia Europeu das Fundações organizado pelo Centro Português de fundações na Reitoria da Universidade Nova, 30 de Setembro.
- No 1 de Outubro, Dia das Fundações e dos Fundadores com visitas guiadas ao Museu e às Oficinas e exposição temporária “A Arte de Saber-Fazer: do Palácio às Oficinas”.

Área comercial e de marketing

A procura de parcerias com designers e novos criadores aconteceu com autores franceses e portugueses, com quem trabalhamos protótipos e desenvolvemos peças. Algumas foram apresentadas na ARCOLisboa e outras colocadas à venda na loja do Museu.

Lojas

- Ação em parceria com a Loja das Meias e Bainha de Copas com venda de artigos produzidos nas oficinas.
- Reinstalação da Loja de decoração no Palácio São Roque – SCML, de Julho a Agosto;
- Desenvolvimento de protótipos para as Lojas da Vida Portuguesa (em curso);
- Venda Privada / Natal na Sala dos Chavões em Novembro e Dezembro.
- Atualização do catálogo comercial.

Comunicação e Divulgação

- Reforço a nível das várias ferramentas “social media” onde se incluem o Facebook e o Instagram.
- Articulação da divulgação de atividade com os nossos parceiros via *links* mútuos.
- Em Novembro de 2016 foi reforçada a equipa com o destacamento de uma Técnica da SCML para a área da Comunicação e Divulgação das atividades.



Grupo de Amigos

- Em Setembro Maura Marvão foi nomeada Presidente do Grupo de Amigos da FRESS e apresentou as linhas orientadoras para uma campanha de angariação de novos amigos.
- Foram dados os primeiros passos para a criação de um *Internacional Circle* com participação de amigos/clientes da FRESS, franceses, espanhóis, americanos e ingleses, que deverá ser desenvolvido com a colaboração de Maura Marvão e de Marie-Edith Laplace que aceitou o convite para dinamizar um grupo de amigos franceses residentes em Lisboa.

Internacionalização

- Participação na reunião em Oslo da *Network of the Applied Arts Museums*, por iniciativa do MAK – Austrian Museum of Applied Arts, em articulação com outras organizações.
- Participação em reuniões na FRESS com Fondazione Cologni dei Mestieri D'Arte – MILÃO para criação da Rede Europeia da Michelangelo Foundation for Creativity and Craftsmanship (fundação europeia para as artes e ofícios) que entrou em funcionamento em Fevereiro de 2017 e da qual a FRESS faz parte desde o início.
- Iniciada a parceria com a Michelangelo Foundation (Fundação europeia para as artes e ofícios) nomeadamente no projeto YOUNG EMBASSADORS que terá o seu primeiro evento em Novembro/Dezembro de 2017 em Nova Iorque e em Setembro de 2018 em Veneza.
- Representação e participação nas reuniões do júri Internacional para os Prémios de Património – EUROPA NOSTRA.

Prémios

- A FRESS recebeu o Prémio APOM para a melhor intervenção de Conservação e Restauro em 2015 com a obra realizada na Farmácia Islâmica, propriedade da Associação Nacional de Farmácias, terminada e apresentada ao público no Porto em Maio de 2015.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

3 - EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA EM 2016

3.1. ATIVIDADE CORRENTE

Para o ano de 2016, e à semelhança do ocorrido em 2015, previu-se um cenário de aumento das receitas próprias (vendas e prestações de serviços) e a redução nos valores de 2015 em algumas rubricas dos gastos, evitando o aumento do endividamento bancário, e se possível iniciar a amortização do mesmo. Contudo, o desejado cenário não foi alcançado.

(euros)			
QUADRO - I	2015	2016	Varição
• Vendas e prestação de serviços	1.827.889	776.221	(1.051.668)
• Subsídios	574.539	1.025.727	451.188
• Variação nos inventários da produção	(223.049)	(7.844)	(215.205)
• Trabalhos para a própria empresa	12.267	572	(11.695)
• Outros rendimentos e ganhos	26.886	192.895	166.009
	<u>2.218.532</u>	<u>1.987.571</u>	<u>(230.961)</u>
• Custo de mercadorias e matérias-primas	299.276	26.388	(272.888)
• Fornecimentos e serviços externos	835.740	503.447	(332.294)
• Gastos com o pessoal	1.737.242	1.573.190	(164.052)
• Imparidades de dívidas a receber	33.032	68.306	35.274
• Imparidades de Inventários	(12.403)	-	12.403
• Provisões		4.627	4.627
• Outros gastos e perdas	167.319	136.835	(30.484)
	<u>3.060.206</u>	<u>2.312.793</u>	<u>(747.413)</u>
• Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(841.673)	(325.222)	516.452
• Gastos/ reversões de depreciações e de amortizações	140.925	229.301	88.376
• Resultado operacional	(982.598)	(554.522)	428.076
• Juros e gastos similares (líquido)	148.748	163.374	14.626
• Imposto s/rendimento do período	326	6	(320)
• Resultados líquidos	(1.131.672)	(717.902)	413.771



[Handwritten signatures and initials]

Verificou-se neste ano um agravamento do valor das receitas próprias com perda de 57,5%, equivalente a 1.052 mil euros. Todavia, os indicadores económicos apresentaram uma melhoria, nomeadamente o EBITDA que melhorou 61,4% (516 mil euros) e os Resultados Líquidos 36,6% (cerca de 414 mil euros).

Para tal contribuíram principalmente dois fatores:

- (i) O acréscimo do montante dos subsídios na ordem dos 78,5% (451 mil euros) compensou parte da quebra das receitas próprias (vendas e prestações de serviços);
- (ii) A contenção dos custos correntes, sobretudo os fornecimentos e serviços externos, o custo de mercadorias e matérias-primas e os gastos com pessoal.

Taxa de crescimento anual

QUADRO - 2	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas próprias (a)	- 1.8%	- 22.8%	0.5%	47.9%	- 57.5%
Custos operacionais (b)	2.2%	- 6.8%	- 9.3%	10.9%	- 26.8%
EBITDA	- 155.4%	67.2%	- 274.7%	- 4.6%	- 61.4%
Resultados líquidos	- 76.3%	48.3%	- 118.5%	- 4.9%	- 36.6%

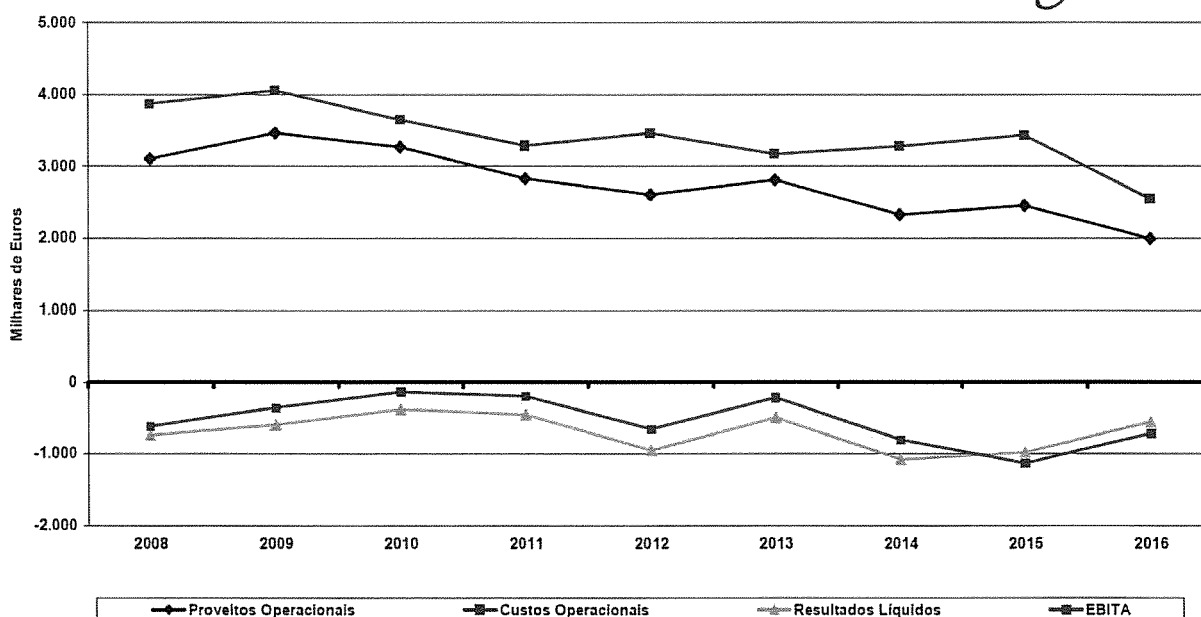
(a) Vendas + Prestação de Serviços/ não inclui subsídios e mecenato

(b) Despesas c/ pessoal + FSE + custo de mercadorias e matérias-primas

A redução dos custos não foi suficiente para compensar a perda de receitas próprias, tendo sido o acréscimo do montante de subsídios que permitiu uma significativa melhoria dos resultados operacionais e dos resultados líquidos.



GRAFICO I



QUADRO - 3	Resultados (10 ³ euros)								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Proveditos operacionais	3.106	3.464	3.271	2.833	2.611	2.811	2.332	2.454	1.995
Custos operacionais	3.874	4.058	3.652	3.289	3.463	3.174	3.279	3.437	2.550
Resultados operacionais (a)	- 678	- 569	- 326	- 390	- 851	- 364	- 947	- 983	- 555
Resultados líquidos	- 768	- 594	- 381	- 456	- 954	- 493	- 1.078	- 1.132	- 718

(a) Resultados antes de imposto e juros

3.2. INVESTIMENTO

Apesar de ter sido considerado um orçamento de investimento na promoção e divulgação da FRESS, assim como na consolidação do processo de internacionalização em curso, o mesmo encontrou-se dependente da captação de apoios e parcerias junto de entidades públicas e privadas, que não se vieram a verificar.

Fruto de necessidades imediatas foi efetuado um investimento de valor residual, valor que ascendeu a 1.500 euros em equipamento básico, administrativo e trabalhos para a própria entidade na conservação e restauro do acervo do Museu.



[Handwritten signatures and initials]

3.3. RECURSOS HUMANOS

Em termos de recursos humanos, no ano de 2016 voltou a haver uma diminuição do número de trabalhadores (10), tendo ocorrido 2 admissões e 12 demissões.

QUADRO - 4	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Trabalhadores (1 Jan.)	109	109	113	111	112	113	104	104	95
Número médio	105	107	106	105	106	101	103	97	91
Trabalhadores (31 Dez.)	109	113	113	112	113	104	104	95	85
Permanentes (31 Dez.)	105	108	106	104	106	99	103	92	82
Idade média (anos)	44.5	44.6	44.6	47.8	47.2	47.5	48.11	47.81	49,72
Nível de habilitações (a)	20.37%	25.66%	25.66%	26.79%	27.43%	23.08%	24.04%	24.21%	22,09%

(a) % de ensino superior

Em termos de custo com as remunerações e encargos sociais, o ano de 2016 apresenta uma redução de 9,2% relativamente ao ano anterior.

Remunerações e Encargos Sociais

QUADRO - 5	Valor (10 ³ euros)	Variação Anual
2005	1.902	
2006	2.057	+ 8.1%
2007	2.159	+ 4.9 %
2008	2.089	- 3.2%
2009	2.032	- 2,7%
2010	2.011	- 1,0%
2011	1.987	- 1,2%
2012	2.063	+ 3.8%
2013	1.891	- 8.3%
2014	1.849	- 2.2%
2015	1.732	-6.3%
2016	1.571	- 9.2%

(*) remunerações + encargos s/ remunerações + seguros de acidentes no trabalho + ação social

A redução significativa das receitas próprias determinou uma quebra acentuada nos *ratios* receitas próprias/despesas com pessoal e receitas próprias/posto de trabalho (nº médio).

QUADRO - 6	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas próprias/ Despesas com pessoal	1.01	1.22	0.98	0.81	0.77	0.62	0.66	1.05	0.49
Receitas próprias / p.t. (a)	20.80	24.30	19.60	15.60	15.60	12.20	12.00	18.84	8.53

(a) média em milhares de euros



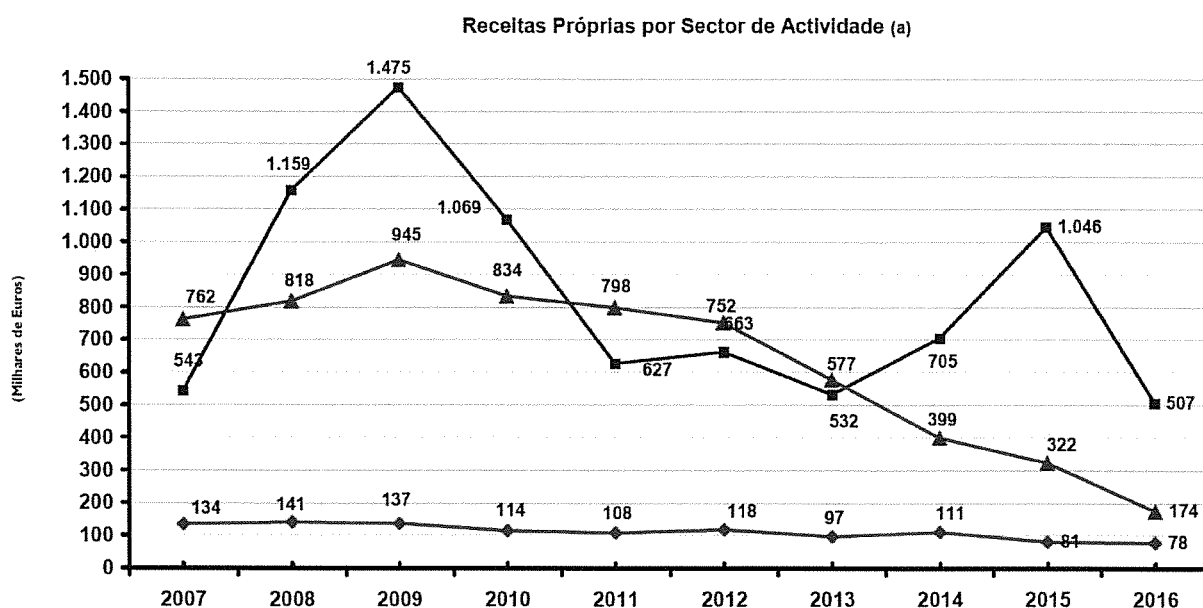
[Handwritten signature and initials]

4. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS ^a

Neste ano, conforme se referiu anteriormente, as receitas próprias tiveram uma quebra na ordem dos 57,5% comparativamente com o ano anterior, resultado da baixa competitividade de algumas propostas desenvolvidas na área da conservação e restauro bem como pela falta do número de encomendas de manufatura que se esperava durante o ano. A situação de instabilidade orgânica e funcional das escolas bem como mudanças necessárias quer de espaço, quer de alteração dos programas formativos, também contribuíram para um resultado inferior ao esperado nesta fonte de receitas.

(euros)

QUADRO - 7	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Vendas	406.164	310.547	451.494	334.534	211.149	353.059	395.884	1.081.408	450.220
Prestação de serviços	1.780.724	2.293.999	1.621.218	1.289.525	1.382.950	852.644	819.091	729.646	308.952
Proveitos suplementares	317	204	-	-	-	24.445	21.069	16.835	17.049
	1.187.205	2.604.750	2.072.712	1.624.059	1.594.099	1.230.148	1.236.044	1.827.889	776.221



(a) Não inclui subsídios



^a Para este efeito, não se consideram os subsídios e outros apoios como receitas próprias.



Handwritten signature and initials

A análise da composição e evolução das receitas próprias por setor de atividade evidencia no exercício de 2016 uma quebra generalizada em todos os setores.

(euros)

QUADRO - 8	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
OFICINAS									
• Obra nova	344.167	249.750	409.977	306.557	171.793	319.572	363.803	701.203	428.711
• Restauro	815.081	1.225.405	658.854	320.791	491.215	211.945	340.797	344.702	78.371
	1.159.248	1.475.155	1.068.831	627.348	663.008	531.517	704.600	1.045.905	507.083
MUSEU									
• Entradas (a)	70.836	62.295	55.090	62.544	60.246	57.597	57.251	55.242	48.605
• Loja	60.321	63.573	41.437	27.977	39.356	33.486	32.082	18.439	21.208
• Espaços	10.273	11.575	17.425	17.600	18.656	6.250	22.050	7.260	8.250
	141.430	137.443	113.952	108.121	118.258	97.333	111.383	80.941	78.363
ESCOLAS	817.844	944.945	833.584	798.639	751.597	576.853	398.993	322.442	173.726
OUTRAS									
• Serviços Diversos	68.683	50.207	56.344	89.951	61.236	24.445	21.068	16.835	17.049
• Mercadorias (Proj. "Chave na Mão")	-	-	-	-	-	-	-	361.766	-
	68.683	50.207	56.344	89.951	61.236	24.445	21.068	378.601	17.049
	2.187.205	2.607.750	2.072.711	1.624.059	1.594.099	1.230.148	1.236.044	1.827.889	776.221

(a) Incluindo visitas guiadas, eventos e serviço educativo

As receitas próprias em 2016 diminuíram 57,53%

	2016/2015	
	(euros)	(%)
Oficinas		
• Obra Nova	- 272.492	- 38.86%
• Conservação e Restauro	- 266.331	- 77.26%
	- 538.823	- 76.47%
Museu	- 2.578	- 3.19%
Escolas	- 148.716	- 46.12%
Outras	- 361.551	- 95.50%
	- 1.051.668	- 57.53%



[Handwritten signatures and initials]

5. EVOLUÇÃO DOS SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Na sequência da assinatura dos Protocolos de parceria entre a FRESS e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), e a FRESS e a Câmara Municipal de Lisboa, o valor dos subsídios tem vindo a crescer, cuja discriminação consta nas notas anexas às demonstrações financeiras.

(euros)

QUADRO - 9	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Estado e Outros Entes Públicos	204.740	225.828	238.572	215.205	911	143.214	151.233	471.119	938.792
Outras Entidades (a)	703.949	582.993	831.963	815.478	921.898	1.284.586	874.550	103.420	86.935
	908.689	908.689	1.070.535	1.030.683	922.809	1.427.800	1.025.783	574.539	1.025.727

(a) Inclui "Amigos da Fundação"

Em 2016 as receitas provenientes dos Amigos da Fundação registaram nova quebra significativa relativamente ao valor atingido no ano anterior.

Ano	(euros)
2007	850
2008	900
2009	150
2010	650
2011	800
2012	600
2013	325
2014	67.680
2015	26.085
2016	10.219



[Handwritten signature]

6. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

As despesas com o pessoal e com os fornecimentos e serviços externos representam cerca de 81,5% dos custos operacionais.

Os **Gastos com o Pessoal** baixaram em 2016 cerca de 9,4%, o equivalente a uma despesa inferior em mais de 164 mil euros.

(10³ euros)

QUADRO – 10	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Vencimentos (a)	2.083	2.019	1.997	1.980	2.048	1.881	1.830	1.715	1.565
Horas extraordinárias + Ajudas de custo	6	13	14	7	15	10	18	13	2
	<u>2.089</u>	<u>2.032</u>	<u>2.011</u>	<u>1.987</u>	<u>2.063</u>	<u>1.891</u>	<u>1.849</u>	<u>1.728</u>	<u>1.566</u>
Medicina e higiene trabalho	4	3	4	4	6	4	4	3	5
Estágios e Formação	68	85	72	16	1	4	13	-	-
Indemnizações	2	20	20	3	1	86	3	6	2
Outras	1	1	-	1	1	-	-	-	-
	<u>75</u>	<u>109</u>	<u>96</u>	<u>24</u>	<u>9</u>	<u>94</u>	<u>20</u>	<u>9</u>	<u>7</u>
Total	2.164	2.141	2.107	2.012	2.072	1.985	1.869	1.737	1.573

(a) Vencimentos + encargos sociais + subsídio de almoço + seguros + medicina e higiene do trabalho + ação social

O valor global dos **Fornecimentos e Serviços Externos** diminuiu em 2016, comparativamente ao ano anterior cerca de 40%, num valor que ascendeu a 332 mil euros.

(10³ euros)

QUADRO – 11	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
TOTAL / FSE	1.230	1.239	1.011	810	945	837	678	836	503
Honorários	569	657	523	433	517	368	273	321	191
Vigilância e Segurança	263	154	63	35	12	28	35	44	50
Limpeza	73	68	70	65	62	50	79	74	31
Electricidade + Água + Comunicações	73	70	71	75	82	80	84	76	72
Seguros	39	39	27	33	30	30	31	36	11
Rendas e Alugueres	21	61	85	61	74	61	74	62	59
Material de escritório	23	16	7	6	5	11	4	2	2
Conservação e reparação	43	38	35	29	20	65	21	22	36

(a) Honorários + Trabalho especializado + Subcontratos



7. ANÁLISE DO BALANÇO

O Quadro 12 reflete as principais rubricas já agrupadas, de acordo com as novas regras contabilísticas.

(10³ euros)

QUADRO - 12	2015	2016	variação
Activo			
• Não corrente	30.055	34.026	3.971
• Corrente	3.062	3.161	99
Total	<u>33.117</u>	<u>37.187</u>	<u>4.069</u>
Fundos Patrimoniais	28.377	31.809	3.432
Passivo			
• Não corrente	8	3.353	3.345
• Corrente	4.740	2.025	(2.715)
Total	<u>4.748</u>	<u>5.378</u>	<u>630</u>

As notas anexas às demonstrações financeiras que acompanham as contas informam do conteúdo destas rubricas e a evolução comparativamente ao ano anterior.

As necessidades de financiamento associado ao capital circulante diminuíram relativamente ao ano anterior reflexo da quebra acentuada das actividades económicas da Fundação e da manutenção da política da contenção de gastos.

(euros)

	2015/2014	2016/2015
Fornecedores correntes	300.045	- 95.682
Clientes	- 65.663	- 17.058
NF (capital circulante)	<u>- 365.708</u>	<u>78.624</u>



8. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados líquidos apurados no exercício foram negativos, significativamente melhores que os registados no ano anterior, sendo a melhoria ainda mais significativa no que respeita ao EBTDA.

Os resultados líquidos negativos do exercício ficam a dever-se sobretudo aos seguintes factores:

- (i) A redução das receitas próprias na ordem de 57,5% comparativamente com o ano anterior, o equivalente a menos 1.052 mil euros, foi em parte acomodada com o aumento do valor dos subsídios recebidos cujo valor ascendeu a 451 mil euros;
- (ii) À incapacidade de redução adicional dos gastos, adaptando-os à quebra das receitas próprias, por motivos das suas características de enorme rigidez. Ainda assim, os gastos operacionais (pessoal, FSE e custo de mercadorias e matérias-primas) reduziram no ano 26,8%, o equivalente a 769 mil euros;
- (iii) Ao apoio do Estado, via Fundo de Fomento Cultural, de 140 000,00€ (cento e quarenta mil euros), cobrindo apenas 5,5% do orçamento global de funcionamento;
- (iv) Ao elevado peso dos encargos financeiros, cerca de 163 mil euros, com um agravamento de 10% face ao ano anterior;
- (v) Ao aumento dos gastos de depreciação e de amortização na ordem dos 88 mil euros em resultado das reavaliações dos edifícios do Museu, da Fundação/Oficinas e do Centro de Formação em São Vicente.

9. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido apurado foi negativo em 717.902,02€ (setecentos e dezassete mil novecentos e dois euros e dois cêntimos).

Propõe-se, face à sua natureza, que este valor seja transferido para “Resultados transitados”.



10. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos funcionários, professores e colaboradores pela compreensão manifestada perante as dificuldades encontradas e pela responsabilidade institucional assumida em parceria com os órgãos sociais.

Também um agradecimento e reconhecimento à Comissão de Trabalhadores, cujo mandato cessou em Outubro, pela colaboração com os órgãos sociais na resolução de problemas internos e de mediação para um melhor diálogo junto dos trabalhadores num ano particularmente difícil.

À nova Presidente do Grupo de Amigos, Maura Marvão, e aos demais membros do Grupo de Amigos, um agradecimento pelo empenho e envolvimento no projeto cultural e pela participação nos nossos eventos.

Aos Mecenassas – Ascendi Group SGPS e Esegur – pela continuidade do apoio anual que muito contribuiu para a prossecução dos fins culturais que emanam dos Estatutos e que carecem de apoios para a sua manutenção assim como à equipa da Deloitte Consultores, S.A., um reconhecimento pela colaboração e apoio *pro bono* na realização de um documento de reflexão estratégica orientador de mudança organizacional tão essencial para a FRESS.

Também à equipa da Vieira de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados e ao gabinete de advogados Carlos Olavo & Associados, é devido um agradecimento pelo apoio constante na orientação jurídica que foi sentida ao longo do ano.

Ao Centro Português de Fundações pelo apoio e acompanhamento de enquadramento legal e institucional no quadro do mundo fundacional, a nível nacional e internacional, e ainda pela integração da FRESS nas reuniões e fóruns de debate que têm sido levados a cabo.

À Cabral Moncada Leilões, na pessoa do seu responsável, Miguel Cabral Moncada, pela forma como aceitou e realizou a necessária avaliação do acervo museológico destacando uma equipa técnica e científica por si coordenada.

A Berta Bustorff um agradecimento pela disponibilidade para integrar o Grupo de Trabalho criado pelo Conselho de Administração para a Reflexão Sobre Ofertas de Ensino e Formação Profissional e pelos seus contributos.

O Conselho de Administração não poderia deixar de agradecer a todos os membros do Governo que direta e indiretamente, se envolveram para a resolução dos vários problemas de forma atenta e colaborativa, nomeadamente aos Senhores Ministros da Cultura e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; aos Senhores Secretários de Estado da Cultura e do Emprego e Formação Profissional e ao Senhor Diretor-Geral do Ensino Superior.

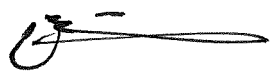


Ao Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Pedro Santana Lopes, e respetivos Membros da Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina e respetivos Vereadores, o Conselho de Administração deixa um reconhecimento pela forma como se envolveram e apoiaram todas as áreas necessárias da atividade da FRESS e vem reiterar que dessa forma contribuíram decididamente para a manutenção e continuidade do projeto global, cultural, patrimonial e formativo, tal como afirmado nos protocolos estabelecidos.

E por fim, um agradecimento a todos os membros do Conselho de Curadores - aos que continuaram o seu mandato e aos que integraram este órgão social em Maio de 2016, por nomeação dos parceiros, nomeadamente a Maria João Bustorff Silva, que aceitou a presidência deste órgão e que coordenou o Grupo de Trabalho para a Reflexão Sobre o Ensino e Formação Profissional, e também ao Fiscal Único, José Maria Ribeiro da Cunha pela disponibilidade e contributos.

Lisboa, 18 de Janeiro 2018

Conselho de Administração



Maurício de Gusmão

Vicente Solgado

Amos António



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

CONTAS

2016



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

BALANÇO



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

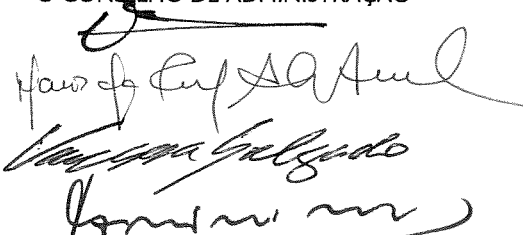
(Montantes expressos em euros)

ATIVO	NOTAS	31-12-2016	31-12-2015
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	4	34.001.755,35	30.016.772,27
Ativos intangíveis	5	12.051,65	27.488,19
Investimentos financeiros	6	9.516,32	9.540,55
Outros créditos e ativos não correntes	7	2.675,92	1.482,13
Total ativo não corrente		34.025.999,24	30.055.283,14
ATIVO CORRENTE			
Inventários	8	2.756.888,93	2.831.130,88
Créditos a receber	9	100.841,80	61.427,35
Estado e outros entes públicos	10	26.188,50	21.718,56
Diferimentos	12	19.983,92	37.422,68
Caixa e depósitos bancários	13	256.830,24	110.326,93
Total ativo corrente		3.160.733,39	3.062.026,40
Total do activo		37.186.732,63	33.117.309,54
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	14	9.807.902,38	9.807.902,38
Reservas	14	2.637.395,42	2.637.395,42
Resultados transitados	14	(21.328.249,92)	(20.196.577,52)
Excedentes de revalorização	14	19.039.161,96	14.841.822,38
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	14	22.370.666,80	22.418.545,69
Resultado líquido do período		(717.902,02)	(1.131.672,40)
Total dos fundos patrimoniais		31.808.974,62	28.377.415,95
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	15	12.538,23	7.910,76
Financiamentos obtidos	17	3.340.000,00	-
Total do passivo não corrente		3.352.538,23	7.910,76
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	16	356.602,86	452.284,72
Estado e outros entes públicos	10	209.178,82	160.994,04
Financiamentos obtidos	17	13.120,43	3.041.533,11
Diferimentos	12	33.275,65	37.006,35
Outros passivos correntes	16	1.413.042,02	1.040.164,61
Total do passivo corrente		2.025.219,78	4.731.982,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.377.758,01	4.739.893,59
		37.186.732,63	33.117.309,54

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patrícia Cruz Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Paulo de Fátima
Vice-Presidente
João Maria



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Período findo em 31 de dezembro de 2016
(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	18	776.221,07	1.827.888,64
Subsídios à exploração	19	1.025.727,25	574.539,42
Variação nos inventários da produção	8.3	(7.843,97)	(223.048,96)
Trabalhos para a própria entidade	20	571,91	12.267,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.2	(26.387,92)	(299.275,68)
Fornecimentos e serviços externos	21	(503.446,73)	(835.740,49)
Gastos com o pessoal	22,1	(1.573.189,88)	(1.737.242,07)
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)	11	-	12.403,47
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(68.305,66)	(33.032,15)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(4.627,47)	-
Outros rendimentos	23	192.894,70	27.028,43
Outros gastos	24	(136.835,06)	(167.461,29)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		(325.221,76)	(841.673,31)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(229.300,72)	(140.924,93)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(554.522,48)	(982.598,24)
Juros e rendimentos similares obtidos	25		2.906,72
Juros e gastos similares suportados	26	(163.373,51)	(151.654,63)
Resultado antes de impostos (EBT)		(717.895,99)	(1.131.346,15)
Imposto sobre o rendimento do período		(6,03)	(326,25)
Resultado líquido do período		(717.902,02)	(1.131.672,40)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patricia Cruz Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Signature]
Manoel de Jesus Almeida
Vicente Galvão
Romário



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



FUNDAÇÃO

Ricardo do Espírito Santo Silva

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2016

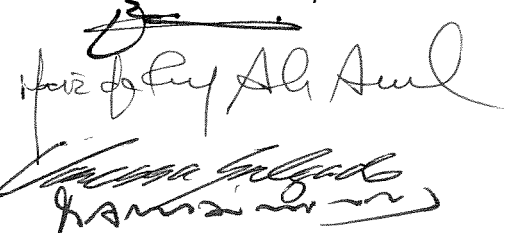
(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31-12-2016	31-12-2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		987.938,60	2.244.939,42
Pagamentos a fornecedores		(894.644,98)	(1.035.920,89)
Pagamentos ao pessoal		(1.686.895,70)	(1.447.689,12)
Caixa gerada pelas operações		(1.593.602,08)	(238.670,59)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(326,25)	(15.254,78)
Outros recebimentos/pagamentos		1.482.256,15	398.385,55
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(111.672,18)	144.460,18
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	(600,00)
		-	(600,00)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-	(600,00)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		336.000,00	110.434,20
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		103,62	-
		336.103,62	110.434,20
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(50.000,00)
Juros e gastos similares		(77.858,66)	(120.901,21)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		(77.858,66)	(170.901,21)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		258.244,96	(60.467,01)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		146.572,78	83.393,17
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		110.326,93	26.933,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período		256.830,24	110.326,93

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patrícia Cruz Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


João de Deus Almeida
Presidente do Conselho de Administração



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FLUXOS PATRIMONIAIS



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundo Património	Reservas legais	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2015		9.807.902,38	2.637.395,42	(19.118.110,93)	14.841.822,38	22.418.545,69	(1.078.466,59)	29.509.088,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Imputação a resultados da quota parte de subsídios ao investimento	17			(1.078.466,59)			1.078.466,59	-
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	17	-	-	(1.078.466,59)	-	-	1.078.466,59	-
2								
3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							(1.131.672,40)	(1.131.672,40)
4 RESULTADO EXTENSIVO							(53.205,81)	(1.131.672,40)
4 = 2 + 3								
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
5								
1 + 2 + 3 + 5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO de 2015		9.807.902,38	2.637.395,42	(20.196.577,52)	14.841.822,38	22.418.545,69	(1.131.672,40)	28.377.415,95

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patricia Cruz Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração

Administrador



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundo Património	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	
6 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2016		9.807.902,38	2.637.395,42	(20.196.577,52)	14.841.822,38	22.418.545,69	(1.131.672,40)	28.377.415,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Imputação a resultados da quota parte de subsídios ao investimento Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	17 17			(1.131.672,40) (1.131.672,40)	4.197.339,58 4.197.339,58	(47.878,89) (47.878,89)	1.131.672,40 1.131.672,40	4.197.339,58 (47.878,89) 4.149.460,69
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							(717.902,02)	(717.902,02)
9=7+8 RESULTADO EXTENSIVO							413.770,38	3.431.558,67
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações	10							
6+7+8+10 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO de 2016		9.807.902,38	2.637.395,42	(21.328.249,92)	19.039.161,96	22.370.666,80	(717.902,02)	31.808.974,62

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patricia da Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Handwritten signature and text: "Hans-Georg Ahl" and "Hans-Georg Ahl" (repeated twice).



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em Euros)

I – Identificação da Entidade

I.1 – Designação da Entidade

A FUNDAÇÃO RICARDO DO ESPÍRITO SANTO SILVA (FRESS), NIF 500122288, doravante designada de “Fundação”, foi instituída e reconhecida pelo Decreto-Lei n.º 39 190 de 27 de Abril de 1953 como uma Instituição de Utilidade Pública.

Em consequência da publicação da Lei n.º 24/2012 de 9 de Julho, que aprovou a Lei-Quadro das Fundações, as fundações privadas com estatuto de utilidade pública foram obrigadas a adequar os seus estatutos e a respetiva orgânica ao disposto na referida lei, processo concluído em 12 de Dezembro de 2013 com a publicação dos novos Estatutos no Portal da Justiça.

A Fundação é uma pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública, com sede em Lisboa, na Rua de S. Tomé, n.º 90 – Largo das Portas do Sol, podendo criar delegações ou quaisquer formas de representação onde for considerado necessário ou conveniente para a prossecução dos seus fins, conforme n.º 1 do Artigo 1º dos Estatutos da Fundação.

I.2 – Natureza da Atividade

A Fundação tem por fins o estudo e a defesa das artes decorativas portuguesas, pela manutenção do património cultural e artístico do saber-fazer com elas relacionado, e pelo desenvolvimento das suas vertentes museológicas, académicas, oficiais e de conservação e restauro.

No âmbito da prossecução dos seus fins, a Fundação tem por missão a preservação, divulgação, ensino e investigação das artes decorativas e do saber-fazer com elas relacionado:

- através do Museu de Artes Decorativas Portuguesas, conservando e promovendo a divulgação das artes decorativas e relacionadas nomeadamente da coleção de Artes Decorativas Portuguesas que constitui o acervo museológico da Fundação;



[Handwritten signature and initials]

- através de Escolas especificamente vocacionadas para o ensino e investigação nas artes decorativas e em conservação e restauro (ESAD – Escola Superior de Artes Decorativas) e no saber-fazer em artes e ofícios através do Centro de Formação;
- através de Oficinas que asseguram a perpetuação desse saber-fazer e garantem a preservação desse património imaterial;
- através de um Departamento de Conservação e Restauro, vocacionado para a conservação e restauro no domínio das artes decorativas e património em geral.

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, preparados de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, conforme Aviso 8259/2015 de 29 de Julho de 2015. Nestes termos as Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas nos termos daquele normativo e em conformidade com a Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Sistema de Normalização Contabilística) para este normativo é 01 de Janeiro de 2012, conforme estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Fundação preparou o Balanço de abertura de 01 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. A adoção do novo normativo contabilístico não implicou qualquer ajustamento de transição, apenas se procedeu à reclassificação de alguns investimentos (programas de computador), instrumentos financeiros (financiamentos obtidos) e inventários (produtos de economato).

3 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo



[Handwritten signatures and initials]

com as NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e nas expetativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 – Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 – Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

3.1.5 – Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de Balanço e da Demonstração dos Resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

3.1.6 – Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consciente em toda a Entidade e ao longo do ano e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação

3.2 – Outras Políticas Contabilísticas:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo o previsto na NCRF-ESNL.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Bens que lhe foram afetos no ato da constituição

Os ativos fixos tangíveis afetos à Fundação no ato da sua constituição, doados pelo seu Fundador (Edifício do Museu e Património Artístico) encontram-se registados ao seu valor de avaliação, determinado e deliberado, em 1985, pelo Conselho Diretivo, no caso do Património Artístico, e com base no Decreto-Lei n.º 399-G/84, no que respeita ao Edifício do Museu e respetivo terreno.

No exercício de 2016 ocorreu uma reavaliação do Edifício do Museu e do respetivo Acervo.

Bens adquiridos após a constituição da Fundação

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após a constituição da Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas, com exceção do terreno e edifício do Centro de Formação e do Edifício da Fundação, os quais foram reavaliados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro e das reavaliações livres de 2007 e Fevereiro de 2016.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.



[Handwritten signature and initials]

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 10 anos
Equipamentos de transporte	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”

ATIVOS INTANGÍVEIS

As despesas com o desenvolvimento e implementação do Portal FRESS encontram-se registadas ao custo de aquisição. Estas despesas têm uma vida útil finita e são apresentadas ao custo de aquisição menos amortizações acumuladas.

A amortização é calculada usando o método das quotas constantes de forma a distribuir o custo das despesas com o Portal FRESS durante a sua vida útil estimada (5 anos).

O custo de aquisição das licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (entre 3 e 5 anos)



Paulo
de
Aguiar

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Fundação nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos que a empresa realiza para si mesma, sob a sua administração direta, aplicando meios próprios e adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu ativo fixo tangível e ativos fixos tangíveis em curso, e incluem custos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios e donativos à exploração atribuídos à Fundação por entidades e organismos públicos e privados são registados como rendimentos do exercício a que dizem respeito.

INVENTÁRIOS

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

Mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de compra.

Produtos e trabalhos em curso e produtos acabados e intermédios

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui as matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido como segue:



- o rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador;
- o rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à sua aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação do serviço.

PROVISÕES

São constituídas provisões sempre que a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se registados de acordo com os seguintes critérios:



Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas são registadas pelo seu valor nominal, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas por Imparidade” em contas a receber. As perdas por imparidade são baseadas numa avaliação de probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos e outros fatores. Normalmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são registadas pelo método de custo, dado de incluem na sua generalidade valores a pagar de curto prazo, decorrentes da atividade operacional da empresa.

Empréstimos

Os empréstimos encontram-se registados no passivo, sendo mensurados de acordo com o método do custo. Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

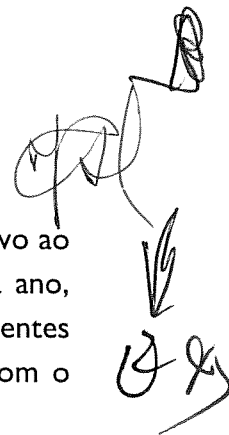
Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Benefícios aos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem vencimentos, complementos de desempenho, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação e subsídio de férias e natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios a curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.



De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.5 – Alteração voluntária de políticas contabilísticas:

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2016 não ocorreram alterações às políticas contabilísticas adotadas.

3.6 – Alteração em estimativas contabilísticas:

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2016, ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas relacionadas com a reavaliação livre dos ativos fixos tangíveis, cujos efeitos afetaram o período em análise e afetarão os períodos futuros.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

4.1 – Movimentos ocorridos no período

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos no anterior Ponto 3.2.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incorridas de acordo com o regime do acréscimo.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando os aumentos, as



[Handwritten signatures and initials]

alienações e os abates, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Aumentos	Alienação	Reavaliação	Transferência	31-12-2016
Terrenos e recursos naturais	2.653.389,53	-	-	650.860,72	-	3.304.250,25
Edifícios e outras construções	4.061.618,56	-	-	5.864.478,97	(13.347,55)	9.912.749,98
Equipamento básico	670.375,86	153,31	-	-	-	670.529,17
Equipamento de transporte	58.756,88	-	-	-	-	58.756,88
Equipamento administrativo	678.626,36	782,46	-	-	97,55	679.506,37
Outros ativos fixos tangíveis	24.358.990,42	-	-	(3.364.903,60)	13.250,00	21.007.336,82
Investimentos em curso	71.460,39	571,91	-	-	-	72.032,30
Ativo tangível bruto	32.553.218,00	1.507,68	-	3.150.436,09	-	35.705.161,77
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.049.592,65	189.540,13	-	(1.046.903,49)	(2.689,16)	189.540,13
Equipamento básico	560.940,96	16.370,08	-	-	-	577.311,04
Equipamento de transporte	49.811,67	2.275,77	-	-	-	52.087,44
Equipamento administrativo	823.150,24	2.212,51	-	-	32,51	825.395,26
Outros activos fixos tangíveis	52.950,21	3.465,69	-	-	2.656,65	59.072,55
Depreciação acumulada	2.536.445,73	213.864,18	-	(1.046.903,49)	-	1.703.406,42
Ativo tangível líquido	30.016.772,27	(212.356,50)	-	4.197.339,58	-	34.001.755,35

Descrição	31-12-2014	Aumentos	Alienação	Regulariz.	Transferência	31-12-2015
Terrenos e recursos naturais	2.653.389,53	-	-	-	-	2.653.389,53
Edifícios e outras construções	4.061.521,01	97,55	-	-	-	4.061.618,56
Equipamento básico	669.635,77	-	-	-	740,09	670.375,86
Equipamento de transporte	74.155,80	-	15.398,92	-	-	58.756,88
Equipamento administrativo	678.626,36	-	-	-	-	678.626,36
Outros ativos fixos tangíveis	24.358.990,42	-	-	-	-	24.358.990,42
Investimentos em curso	59.932,15	12.268,33	-	-	(740,09)	71.460,39
Ativo tangível bruto	32.556.251,04	12.365,88	15.398,92	-	-	32.553.218,00
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	955.993,49	93.599,16	0,00	-	-	1.049.592,65
Equipamento básico	541.405,03	19.535,93	0,00	-	-	560.940,96
Equipamento de transporte	62.934,82	2.275,77	15.398,92	-	-	49.811,67
Equipamento administrativo	818.104,98	5.045,26	0,00	-	-	823.150,24
Outros activos fixos tangíveis	48.009,74	4.940,47	0,00	-	-	52.950,21
Depreciação acumulada	2.426.448,06	125.396,59	15.398,92	-	-	2.536.445,73
Ativo tangível líquido	30.129.802,98	(113.030,71)	-	-	-	30.016.772,27

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros ativos fixos tangíveis”, tem a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015
Acervo do Museu, afeto à Fundação no ato da sua constituição	20.693.721,64	23.999.383,93
Benfeitorias no acervo do Museu	178.664,21	178.664,21
Bibliotecas	68.391,53	68.391,53
Obras diversas/Desenhos	25.984,77	25.984,77
Outros	40.574,67	86.565,98
	<u>21.007.336,82</u>	<u>24.358.990,42</u>



[Handwritten signatures and initials]

4.2 – Garantias

Hipoteca sobre o imóvel (edifício do Centro de Formação) a favor do Novo Banco, S.A. para garantia da conta corrente caucionada com o montante máximo global de 3.000.000,00€.

5 – Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos no anterior Ponto 3.2.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015	Aumentos	31-12-2016
Programas de computador	149.474,47	-	149.474,47
Portal FRESS	139.305,57	-	139.305,57
Investimentos em curso	3.100,00	-	3.100,00
Ativo intangível bruto	291.880,04	-	291.880,04

Amortizações acumuladas

Programas de computador	125.086,30	15.436,54	140.522,84
Portal FRESS	139.305,55	-	139.305,55
Amortizações acumuladas	264.391,85	15.436,54	279.828,39
Ativo intangível líquido	27.488,19	(15.436,54)	12.051,65

Descrição	31-12-2014	Aumentos	31-12-2015
Programas de computador	149.474,47	-	149.474,47
Portal FRESS	139.305,57	-	139.305,57
Investimentos em curso	3.100,00	-	3.100,00
Ativo intangível bruto	291.880,04	-	291.880,04

Amortizações acumuladas

Programas de computador	109.557,96	15.528,34	125.086,30
Portal FRESS	139.305,55	-	139.305,55
Amortizações acumuladas	248.863,51	15.528,34	264.391,85
Ativo intangível líquido	43.016,53	(15.528,34)	27.488,19



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

6 – Investimentos Financeiros

Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica é referente à participada “Manufactum-Fress Portugal, Unipessoal, Lda. detida em 100% e foi o seguinte:

	Saldo 01/01/2016	Aumentos	Variação nos Resultados	Saldo 31/12/2016
Participações de Capital	5.290,65	-	(459,23)	4.831,42
Empréstimos Concedidos	4.249,90	435,00	-	4.684,90
	9.540,55	435,00	(459,23)	9.516,32

	Saldo 01/01/2015	Aumentos	Variação nos Resultados	Saldo 31/12/2015
Participações de Capital	5.433,16	-	(142,51)	5.290,65
Empréstimos Concedidos	3.149,90	1.100,00	-	4.249,90
	8.583,06	1.100,00	(142,51)	9.540,55

7 – Outros Créditos e Ativos Não Correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldo 01/01/2016	Aquisições	Saldo 31/12/2016
Fundo compensação do trabalho - FCT	1.482,13	1.193,79	2.675,92
	1.482,13	1.193,79	2.675,92

	Saldo 01/01/2015	Aquisições	Saldo 31/12/2015
Fundo compensação do trabalho - FCT	1.082,57	399,56	1.482,13
	1.082,57	399,56	1.482,13



Paulo
Ag

8 – Inventários

8.1 – Mercadorias/Matérias-Primas/Produtos Acabados e Intermédios/Produtos e Trabalhos em Curso

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	Saldo em 31-12-2016			Saldo em 31-12-2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias:						
Mercadorias em armazém	410.254,66	-	410.254,66	454.448,25	-	454.448,25
Mercadorias em trânsito	1.530,17	-	1.530,17	1.512,37	-	1.512,37
Mercadorias em poder de terceiros	12.017,75	-	12.017,75	12.017,75	-	12.017,75
	423.802,58	-	423.802,58	467.978,37	-	467.978,37
Matérias-primas, subsidiárias e de consumos:						
Matérias-primas	194.578,09	11.223,64	183.354,45	201.687,06	11.223,64	190.463,42
Materiais de Consumo	7.638,89	-	7.638,89	7.971,86	-	7.971,86
Embalagens	1.541,34	-	1.541,34	1.584,32	-	1.584,32
	203.758,32	11.223,64	192.534,68	211.243,24	11.223,64	200.019,60
Produtos acabados e intermédios	1.698.747,30	216.587,61	1.482.159,69	1.767.581,24	216.587,61	1.550.993,63
Produtos e trabalhos em curso	658.391,98	-	658.391,98	602.208,77	-	602.208,77
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	9.930,51	-	9.930,51
Total inventário	2.984.700,18	227.811,25	2.756.888,93	3.058.942,13	227.811,25	2.831.130,88

8.2 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

2016	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	467.978,37	200.019,60	667.997,97
Compras	397.468,49	67.478,58	464.947,07
Regularizações	(425.752,06)	(64.467,80)	-490.219,86
Inventários finais	423.802,58	192.534,68	616.337,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15.892,22	10.495,70	26.387,92

2015	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	476.102,99	316.722,99	792.825,98
Compras	351.994,41	59.741,07	411.735,48
Regularizações	(85.311,97)	(151.975,84)	(237.287,81)
Inventários finais	467.978,37	200.019,60	667.997,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	274.807,06	24.468,62	299.275,68



[Handwritten signatures and initials]

8.3 - Demonstração da variação nos inventários de produção

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

2016	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial	1.767.581,24	602.208,77	2.369.790,01
Regularizações	221.394,37		221.394,37
Saldo final	1.482.159,69	658.391,98	2.140.551,67
Variação dos inventários da produção	64.027,18	(56.183,21)	7.843,97

2015	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial	1.796.780,86	559.221,43	2.356.002,29
Regularizações	(236.836,68)	-	(236.836,68)
Saldo final	1.767.581,24	602.208,77	2.369.790,01
Variação dos inventários da produção	266.036,30	(42.987,34)	223.048,96

9 – Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de clientes, outras contas a receber apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Activos		
Clientes		
Clientes conta corrente	31.673,92	4.560,05
Clientes cobrança duvidosa	261.770,93	180.515,74
Perdas por imparidade acumuladas	211.403,01	143.097,35
	82.041,84	41.978,44
Outros créditos a receber		
Ergsilva, Lda	15.609,78	15.609,78
Empréstimos ao Pessoal	48,68	-
Devedores diversos	9.075,16	9.772,79
Perdas por imparidade acumuladas	5.933,66	5.933,66
	18.799,96	19.448,91
Total do activo	100.841,80	61.427,35



Handwritten signature and initials

10 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldo em 31/12/2016		Saldo em 31/12/2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento - estimativa	-	6,03	-	326,25
Retenção de impostos sobre rendimentos	-	50.962,80	-	54.640,75
Imposto sobre o valor acrescentado	26.188,50	92.776,48	21.120,48	16.681,44
Contribuições para a Segurança Social	-	65.341,88	-	88.208,03
Caixa Geral de Aposentações	-	-	-	-
ADSE	-	-	-	1.137,57
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	-	91,63	598,08	-
	<u>26.188,50</u>	<u>209.178,82</u>	<u>21.718,56</u>	<u>160.994,04</u>

Em 31 de Dezembro de 2016, não existiam dívidas ao Estado em situação de mora.

10.1 – Impostos sobre o rendimento

Por despacho de 19/06/1989 do SEAF, foi reconhecida à Fundação a isenção de IRC nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 10º do CIRC, no que respeita às seguintes categorias de rendimentos:

Categoria B – rendimentos diretamente derivados das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;

Categoria E – rendimentos de capitais com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados nos termos da legislação em vigor;

Categoria F – rendimentos prediais;

Categoria G – ganhos de mais valias.



[Handwritten signature and initials]

II – Ajustamentos e Imparidade de Ativos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2015	Reforço	Reversão	Saldo 31/12/2016
Perdas por Imparidade:				
Em dívidas a receber de clientes	143.097,35	92.115,60	23.809,94	211.403,01
Em outras dividas de terceiros	5.933,66	-	-	5.933,66
Em Inventários - Mat primas, subsidiárias e de Consumo	11.223,64	-	-	11.223,64
Em Inventários - Produtos Acabados e Intermédios	216.587,61	-	-	216.587,61
	365.618,62	92.115,60	23.809,94	433.924,28

	Saldo 31/12/2014	Reforço	Reversão	Saldo 31/12/2015
Perdas por Imparidade:				
Em dívidas a receber de clientes	110.065,20	43.177,15	10.145,00	143.097,35
Em outras dividas de terceiros	5.933,66	-	-	5.933,66
Em Inventários - Produtos Acabados e Intermédios	228.991,08	70.817,22	83.220,69	216.587,61
	344.989,94	113.994,37	93.365,69	365.618,62

12 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

Diferimentos	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Seguros	3.340,48	7.076,61
Gastos a reconhecer - Economato	6.844,69	14.294,42
Rendas e alugues	2.453,93	2.450,00
Outros	7.344,82	13.601,65
	19.983,92	37.422,68
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Monografia de ourivesaria	4.312,91	5.505,75
Livros Iguarassú	28.712,74	29.500,60
Bubbletime, Lda	250,00	2.000,00
	33.275,65	37.006,35



[Handwritten signatures and initials]

13 – Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Caixa	6.936,63	19.638,02
Depósitos à ordem	249.893,61	90.688,91
	256.830,24	110.326,93

14 – Fundos Patrimoniais

Durante os exercícios de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas rubricas de Fundos Patrimoniais foi o seguinte:

Rubricas	Fundos Patrimoniais			
	Saldo Inicial	Movimentos	Aplicação do Resultado	Saldo Final
Fundo de Património	9.807.902,38	-	-	9.807.902,38
Reservas	2.637.395,42	-	-	2.637.395,42
Excedentes de revalorização	14.841.822,38	4.197.339,58	-	19.039.161,96
Outras variações nos Fundos	22.418.545,69	(47.878,89)	-	22.370.666,80
Resultados transitados	(20.196.577,52)	-	(1.131.672,40)	(21.328.249,92)
Resultado líquido do período	(1.131.672,40)	(717.902,02)	1.131.672,40	(717.902,02)
	28.377.415,95	3.431.558,67	-	31.808.974,62

Do valor da rubrica de Reservas no montante de 2.637.395,42 Euros, 1.870.492,11 Euros correspondem a um subsídio extraordinário concedido pelo Ministério das Finanças em 1997, para redução do passivo bancário da Fundação. Este subsídio extraordinário, foi diretamente depositado no Banco Espírito Santo de forma a reduzir a conta corrente mantida com aquela entidade. Dado não se destinar a financiar atividades correntes ou despesas de funcionamento da Fundação, o mesmo foi registado diretamente nos Fundos Patrimoniais.

A rubrica de Excedentes de revalorização respeita à reavaliação efetuada do acervo do Museu e edifício e terreno do Museu e do Centro de Formação, efetuada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, no montante de 14.677.219,07 Euros, à



[Handwritten signature and initials]

reavaliação, efetuada em 1985, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 399-G/84, do edifício onde se encontra localizado o Museu da Fundação e do respetivo terreno, no montante de 164.603,31 Euros e à reavaliação livre efetuada em 2016 ao património imobiliário e ao acervo do museu no valor de 4.197.339,58 Euros

Do valor da rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais, no montante de 22.370.666,80 Euros, 18.000.000,00 Euros correspondem a um subsídio extraordinário concedido pela Secretaria-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças e pelo Banco Espírito Santo, em partes iguais, para liquidação do valor da dívida bancária da Fundação. Este subsídio extraordinário, como não se destinou a financiar atividades correntes ou despesas de funcionamento da Fundação, foi registado diretamente nos Fundos Patrimoniais.

15 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2015	Reforço	Redução	Saldo 31/12/2016
Processos judiciais em curso	7.910,76	4.627,47	-	12.538,23
	7.910,76	4.627,47	-	12.538,23

	Saldo 31/12/2014	Reforço	Redução	Saldo 31/12/2015
Processos judiciais em curso	7.910,76	-	-	7.910,76
	7.910,76	-	-	7.910,76

O reforço no valor das provisões em 2016 diz respeito à sentença do processo judicial n.º. 19102/15.2T8LSB entreposto pelo Sr. Luis Fernando Ferreira Calado.



[Handwritten signatures and initials]

16 – Fornecedores e Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Passivos		
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	314.953,54	412.111,63
Fornecedores recepção e conferência	41.649,32	40.173,09
	356.602,86	452.284,72
Adiantamentos de clientes	56.472,17	-
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores de investimentos - Contas Gerais	19.164,34	3.291,01
Fornecedores de investimentos - Títulos a Pagar	-	18.509,55
	19.164,34	21.800,56
Dívidas ao Pessoal		
Remunerações a pagar ao pessoal	192.609,03	293.399,80
Remunerações a liquidar	212.117,71	229.286,91
	404.726,74	522.686,71
Credores Diversos		
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	250.000,00	-
Programa Erasmus	15.811,60	11.020,60
Outros	9.941,76	7.695,86
	275.753,36	18.716,46
Outros acréscimos de custos	10.992,07	65.764,36
Adiantamento por conta de vendas	527.454,00	411.196,52
Juros a liquidar	118.479,34	-
	656.925,41	476.960,88
Outros Passivos Correntes	1.413.042,02	1.040.164,61



Handwritten signatures and initials.

17 – Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Não Corrente		
Empréstimos bancários - Novo Banco, S.A.	3.000.000,00	-
Empréstimos bancários - Montepio Geral	340.000,00	-
	3.340.000,00	-
Corrente		
Depósitos à ordem - Novo Banco, S.A.	13.120,43	37.891,87
Empréstimos bancários - Novo Banco, S.A.		3.000.000,00
Locação Financeira - Santander Contrato n.º2011/093086/01	-	3.641,24
	13.120,43	3.041.533,11

18 – Vendas e Serviços Prestados (Rédito)

	2016	2015	Variação
Vendas			
Produto acabado	428.711,25	701.202,86	(272.491,61)
Edições e publicações	4.829,73	8.072,42	(3.242,69)
Outras mercadorias	16.231,20	371.948,59	(355.717,39)
Materiais de consumo	447,53	183,71	263,82
	450.219,71	1.081.407,58	(631.187,87)
Prestações de serviços			
Cursos - mensalidades e inscrições	173.726,00	322.441,91	(148.715,91)
Conservação e restauro	78.371,39	344.702,13	(266.330,74)
Entradas no museu	32.976,80	36.870,70	(3.893,90)
Cedência de espaços	8.250,00	7.260,00	990,00
Serviços secundários (exploração dos bares)	2.400,00	2.400,00	-
Visitas guiadas / serviços educativos	15.627,75	18.371,25	(2.743,50)
Outros	14.649,42	14.435,07	214,35
	326.001,36	746.481,06	(420.479,70)
Vendas e prestações de serviços	776.221,07	1.827.888,64	(1.051.667,57)



[Handwritten signatures and initials]

19 – Subsídios à Exploração

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015
Estado e Outros Entes Públicos		
Ministério da Cultura	140.000,00	140.000,00
I.E.F.P.	-	769,07
Agência Nacional PROALV	-	350,00
Câmara Municipal de Lisboa	200.000,00	150.000,00
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	598.792,00	180.000,00
	938.792,00	471.119,07
De Outras Entidades		
Amigos da FRESS	10.219,00	26.085,35
Esegur	36.628,71	36.900,00
Outros	40.087,54	40.435,00
	86.935,25	103.420,35
	1.025.727,25	574.539,42

20 – Trabalhos para a própria entidade

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015
Outros Ativos Fixos Tangíveis	-	919,49
Restauro do Acervo do Museu	571,91	11.347,88
	571,91	12.267,37



[Handwritten signature and initials]

21 - Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015
Honorários	135.694,20	246.937,73
Vigilância e segurança	49.546,91	43.852,04
Trabalhos especializados	53.299,26	49.056,79
Limpeza, higiene e conforto	31.319,85	73.705,79
Publicidade e propaganda	859,75	1.901,45
Seguros	10.817,35	36.289,43
Conservação e reparação	35.647,04	22.388,24
Electricidade	29.994,85	33.820,62
Comunicação	38.465,65	38.461,89
Material de escritório	1.518,76	2.404,43
Sub-contratos	1.915,00	24.574,03
Água	3.997,69	4.043,65
Rendas e Alugueres	59.152,63	62.086,58
Deslocações e estadas	3.869,68	26.101,28
Combustíveis	2.576,95	4.304,66
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.814,52	1.295,55
Material para exposições	3.000,20	42,62
Transporte de mercadorias e pessoas	6.966,17	74.122,43
Livros e documentação técnica	100,00	99,98
Contencioso e Notariado	1.284,81	4.501,78
Outros Fluidos (gás)	296,53	227,91
Matérias primas / Consumíveis	7.673,05	46.647,05
Outros	23.635,88	38.874,56
	503.446,73	835.740,49

Dos montantes mencionados na rubrica Honorários, €117.212,56 correspondem a honorários pagos a professores no âmbito dos cursos ministrados pela Fundação.



22 – Gastos com Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

22.1 – Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Gastos com pessoal	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015
Vencimentos	1.184.424,04	1.298.121,59
Encargos s/ remunerações (Seg. Social/CGA/ADSE/FGCT)	266.266,53	290.317,01
Subsídio de alimentação	92.103,15	104.005,41
Seguros de acidentes de trabalho	14.039,74	15.316,08
Indemnizações ao Pessoal	1.765,00	5.720,91
Abono p/ Falhas	440,00	-
Formação	795,42	-
Custos de ação social	6.659,14	7.142,74
Horas extraordinárias	1.434,47	6.838,17
Medicina, higiene e segurança no trabalho	5.064,02	3.255,16
Ajudas de custo	100,00	6.525,00
Outros	98,37	-
Total	1.573.189,88	1.737.242,07

O número médio de empregados no exercício foi de 91.

22.2 – Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

Na sequência da assinatura do Protocolo de parceria entre a FRESS e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), foram necessárias alterações nos órgãos sociais da FRESS, nomeadamente a entrada de novos membros para o Conselho de Curadores, com representantes das instituições agora parceiras, que nomeou um novo Conselho de Administração que tomou posse a 28 de Junho de 2016.

O novo Conselho de Administração, passou a ser presidido por Edmundo Martinho (Vice-Provedor da SCML), mantendo-se em funções Maria da Conceição Amaral, Administradora-Executiva e Vanessa Fiúza Salgado Gonçalves da Costa, Vogal não-executiva. Pela Câmara Municipal de Lisboa – EGEAC, Manuel de Lemos Bairrão Oleiro, Vogal não-executivo e em Setembro de 2016, foi nomeado Francisco José Capelo Ramos do Rosário, Vogal não-executivo de nomeação conjunta da SCML e da CML.



22.3 – Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos.

A Administradora Executiva desempenhou, a tempo inteiro as suas funções, único cargo remunerado, cujas remunerações ilíquidas ascenderam a 64.449,52€.

Os restantes elementos do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, por decisão dos próprios, não receberam, nem recebem senhas de presença ou quaisquer outros abonos.

23 - Outros Rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015
Outros rendimentos		
Sobras em inventários	40.441,94	1.350,89
Subsídios para investimentos	23.859,72	-
Correções relativas a exercícios anteriores	96.162,73	-
Alienações	-	406,50
Rendimentos e Ganhos em Invest. não Financeiros	28.672,34	17.000,00
Outros rendimentos e ganhos	3.757,97	8.271,04
	192.894,70	27.028,43

24 - Outros Gastos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015
Outros gastos		
Impostos Indiretos	10.486,70	23.547,76
Taxas	4.893,49	7.760,83
Perdas em inventários	82.908,30	114.841,26
Correções relativas a exercícios anteriores	31.985,72	11.434,51
Quotizações	1.328,00	1.328,00
Ofertas de inventários	2.202,68	3.987,52
Outros gastos	3.030,17	4.418,90
	136.835,06	167.318,78



25 – Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015
Juros rendimentos similares obtidos		
Juros Obtidos		2.906,72
	-	2.906,72

26 – Juros e Gastos Similares Suportados

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados Empréstimos Bancários	162.012,84	149.692,83
Juros de mora e compensatórios	1.360,65	1.592,21
Outros gastos e perdas de financiamento	0,02	369,59
	163.373,51	151.654,63

27 – Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

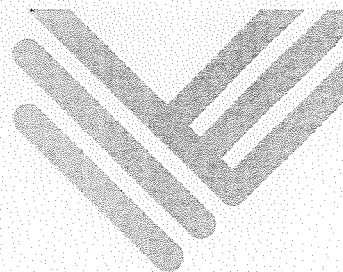
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patrícia Cruz Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Assinaturas do Conselho de Administração]



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

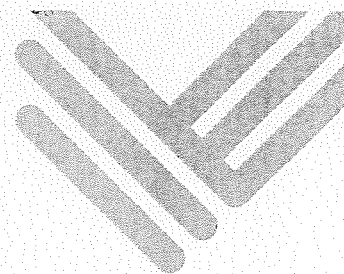
Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **“FUNDAÇÃO RICARDO DO ESPIRITO SANTO SILVA”**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 37.186.733 euros e um total de capital próprio de 31.808.975 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 717.902 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na seção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **“Fundação Ricardo Espirito Santo Silva”** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL).

Bases para a opinião com reservas

1. A rubrica de “outros ativos fixos tangíveis” inclui o valor de 11.087.740 relativo ao acervo e também, o valor de 9.837.996 euros relativo à biblioteca do museu. Para este último não existe suporte documental.
Face ao exposto não nos é possível concluir sobre a adequação deste saldo.
2. A Fundação tem contabilizado em ativos fixos tangíveis o imóvel do museu, cujo valor reavaliado em 2016 ascende a 5.578.000 euros.
Contudo, a Fundação não tem a certidão do registo predial definitiva a confirmar a sua titularidade, possuindo, apenas, uma certidão provisória emitida em fevereiro de 2016.
Como evento subsequente ao encerramento das contas, cumpre-nos informar que a Fundação obteve a respetiva certidão do registo predial definitiva em 16 de janeiro de 2018.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades

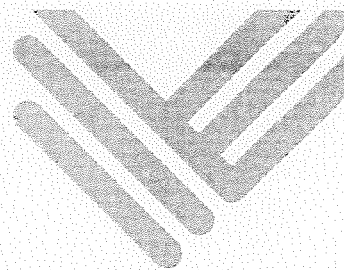


do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes das entidades nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Na sequência da reserva descrita na certificação legal das contas de 2015, relativamente ao valor de 14.452.644 euros, registados na rubrica do Acervo do Museu de Artes Decorativas, a Fundação pediu uma avaliação do referido acervo. Esta avaliação foi feita por uma entidade independente especializada, a sociedade Cabral Moncada Leilões, tendo como critério de valorização, para cada bem, o seu valor final de venda e/ou de reposição, ou seja, o valor que a FRESS teria de despende para adquirir no Mercado de Arte um bem equivalente. A avaliação foi efetuada durante o período de abril a outubro de 2016 e obteve como valor total a quantia de 11.087.740 euros, o que, comparado com o saldo contabilístico acima referido, se traduziu numa redução de 3.364.904 euros.
2. Foi também efetuada, em fevereiro de 2016, pela entidade independente CPU – Consultores de Avaliação, Lda, uma avaliação dos imóveis da Fundação, nomeadamente do edifício do Museu, do edifício da Fundação (oficinas) e do imóvel na Calçada de S. Vicente. Com base nestas avaliações a Fundação registou uma reavaliação contabilística que se refletiu num aumento do saldo dos ativos fixos tangíveis e dos excedentes de reavaliação, no valor de 7.562.243 euros.
3. A Fundação tem registado em Inventários o valor de 2.756.889 euros dos quais 1.482.160 euros referem-se a produtos acabados. A rotatividade destes produtos continua a ser diminuta. Não obstante, a Fundação tem registado perdas por imparidade de inventários no valor de 227.811 euros.
Apesar de não existirem procedimentos internos instituídos, para realmente determinar se as imparidades acima descritas são suficientes, o Conselho de Administração considerou adequado aquele montante registado.
4. Em 2015 foi referido que a análise efetuada à área de cobertura de seguros veio revelar que os montantes dos capitais seguros dos bens que compõem o ativo fixo tangível eram consideravelmente inferiores aos montantes dos respetivos valores contabilísticos. Constatámos que, em 2016, houve uma atualização dos capitais cobertos pelos seguros. No entanto, ao fazermos a comparação com o saldo dos ativos fixos tangíveis verificámos que ainda existe uma diferença significativa: os capitais seguros apenas correspondem a 64% do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, excluindo o valor dos terrenos.



5. No exercício de 2014, referimos a seguinte ênfase:
"Como evento subsequente ao encerramento das demonstrações financeiras, informamos que foi instaurado um processo de ação comum, no valor de 253.396 euros, tendo a Fundação sido notificada pelo Tribunal da Comarca de Lisboa. Fomos informados pelo Conselho de Administração que é previsível que o resultado do processo seja favorável à Fundação."
Em 2015 foi referido que "em junho de 2016, teve lugar o julgamento e a decisão foi favorável à Fundação, sendo condenada, apenas, ao pagamento de um mês de vencimento. Desconhecemos se irá recorrer da decisão."
Em 2016, houve efetivamente um recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa e cumpre-nos referir, como evento subsequente ao encerramento das contas, que este Tribunal, em 19 de setembro de 2017, veio julgar improcedente o recurso mantendo a decisão inicial do Tribunal.
6. Os rendimentos da Fundação em 2016 provêm, significativamente, de apoios financeiros mecenáticos e de subsídios do Estado.
Queremos referir que se não existissem os apoios acima mencionados, as vendas e os serviços prestados seriam insuficientes para manter a actividade da Fundação.
Face ao exposto, o Conselho de Administração continua a desenvolver todos os esforços no sentido de manter a continuidade da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.
7. Só nesta data estamos a emitir a certificação legal das contas, porque só agora nos foram apresentados os relatórios de gestão e as demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

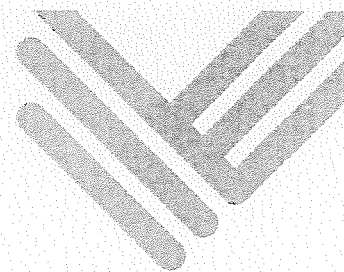
Matéria relevante de auditoria

Cumpre-nos referir que existe uma hipoteca a favor do Novo Banco sobre o imóvel na Calçada de S. Vicente, cujo valor de avaliação, em 2016, foi de 1.153.000 euros, para garantia da conta corrente caucionada, no valor de 3.000.000 euros.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL);



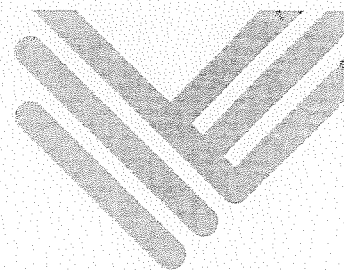
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, como um todo, estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

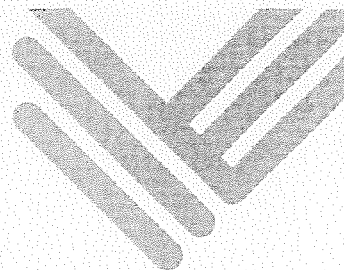
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de janeiro de 2018

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o fiscal único da **“Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva”** (doravante Fundação ou FRESS) examinou o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no fundo patrimonial, a demonstração dos fluxos de caixa e as respetivas notas anexas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e consequentemente vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.

2. Queremos referir que as Fundações Privadas com estatuto de utilidade pública, na qual a FRESS se integra, foram obrigadas a rever e a adequar os seus estatutos e a respetiva orgânica, em consequência da publicação da Lei nº 24/2012 de 9 de julho, que aprovou a Lei-Quadro das Fundações.

Dito isto, a FRESS publicou no Portal da Justiça, os seus novos estatutos, em dezembro de 2013.

Os órgãos sociais são compostos por um Conselho de Curadores, por um Conselho de Administração e por um Fiscal Único.

3. No ano anterior efetuámos o exame das demonstrações financeiras e elaborámos, igualmente, o respetivo relatório, parecer e certificação legal das contas.

4. Cumpre-nos informar que as demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) na qual a Fundação se insere.

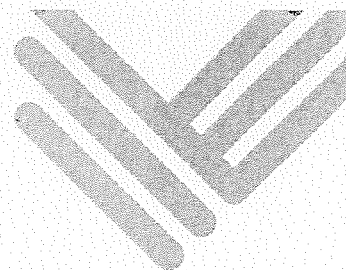
5. Acompanhámos a gestão da Fundação, tendo recebido do Conselho de Administração e dos Serviços todos os esclarecimentos e apoios julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.

6. Durante o exercício em apreço verificámos os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte.

7. Efetuámos uma conferência aos valores patrimoniais da FRESS e constatámos que foram seguidos os procedimentos contabilísticos geralmente aceites.

8. O Relatório do Conselho de Administração foi elaborado de forma exaustiva, mencionando todos os factos mais significativos quer nas áreas comerciais, de divulgação e comunicação, na atividade corrente quer ainda nas áreas do museu, das oficinas, da conservação e restauro, e finalizando com a evolução económica e financeira.

FRESS
FU 2016



9. Em nossa opinião, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no fundo patrimonial, a demonstração dos fluxos de caixa e as respetivas notas anexas representam adequadamente o património social bem como os resultados referentes ao exercício de 2016.

10. Com base no relatório exposto, e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas que apresenta reservas e ênfases, documento que deve ser considerado em conjunto com este relatório, somos de parecer:

1º) Que sejam aprovados o relatório do Conselho de Administração e as Contas, referentes ao exercício de 2016;

2º) Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do período.

Lisboa, 31 de janeiro de 2018

O Fiscal Único

José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de
"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados - SROC, Lda."